

## **MARXISMO E CAMPEPINATO: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”**

## **MARXISMO Y CAMPEPINADO: enfoques teóricos sobre la “clase incómoda”**

**Thiago Araujo Santos**

Doutorado em Geografia Humana (USP)

Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Três Lagoas  
thiagoasan@yahoo.com.br

### **Resumo**

O lugar social dos camponeses sob o capitalismo constitui-se um tema de ampla controvérsia nas ciências humanas, particularmente entre os autores inspirados pelo pensamento de Karl Marx. A condição social simultânea de trabalhador e detentor de meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, etc.) e, ademais, o antagonismo político assumido frente aos grandes proprietários de terra conferem ao campesinato uma posição de difícil ajuste aos modelos teóricos focados tão somente no rendimento e suas fontes. Neste artigo, discutiremos o campesinato como classe em uma perspectiva marxista, evidenciando a relação dialética entre estrutura e superestrutura (objetividade e subjetividade) como uma chave analítica profícua à problemática em foco. Esta perspectiva permite o reconhecimento das particularidades relativas à realidade econômica desses sujeitos sociais, abrindo espaço, ao mesmo tempo, para a elucidação de expressões de resistência política por eles protagonizadas. As abordagens históricas de Marx (particularmente em sua obra *18 brumário*) – e, em especial, a análise sobre classes sociais nelas contidas – servirão de referencial analítico principal para a proposta aqui apresentada.

**Palavras-chave:** Campesinato. Marxismo. Classes sociais. Política. Capitalismo.

### **Resumen**

La posición social de los campesinos bajo el capitalismo constituye un tema de amplia controversia en las ciencias humanas, en particular entre los autores inspirados por el pensamiento de Karl Marx. La condición social simultánea de trabajador y propietario de medios de producción (tierra, herramientas, etc.) y, por otra parte, el antagonismo político asumido frente a los grandes terratenientes dificultan la adaptación de los campesinos a los modelos teóricos basados únicamente en los rendimientos y sus fuentes. En este artículo vamos a discutir el campesinado como clase en una perspectiva marxista evidenciando la relación dialéctica entre la estructura y la superestructura (la objetividad y la subjetividad) como clave analítica útil para el análisis. Este enfoque permite el reconocimiento de las particularidades relativas a la realidad económica de estos sujetos sociales, contribuyendo al mismo tiempo para una aclaración de las expresiones de resistencia política por ellos realizadas. Los aportes históricos de Marx (sobre todo en su obra *18 Brumario*) - y, en particular, el análisis de las clases sociales

contenidas en estos - servirán como marco analítico principal de la propuesta que aquí se presenta.

**Palabras-clave:** Campesinado. Marxismo. Clases sociales. Política. Capitalismo.

## **Introdução**

*Día a día, los campesinos hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecías en todo el mundo.*

Theodor Shanin.

Uma polêmica de inegável alcance, no campo do marxismo, é aquela relativa às classes sociais. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que inexistente, na vasta e seminal obra de Karl Marx, uma sistemática e acabada teoria das classes sociais. As poucas páginas escritas, no capítulo incompleto d'O Capital, livro terceiro, intitulado “Classes sociais”, é emblemático deste fato (MARX, 1986, p. 317-318). Entretanto, tendo como interesse o entendimento de processos sociais e econômicos capitalistas, Marx mobilizou inúmeras vezes, em seus trabalhos, os conceitos ou os termos “classe social” e “luta de classes”, remetendo a compreensões nem sempre claramente similares e correspondentes. Isto resultou numa diversidade de posicionamentos e formulações posteriores sobre o tema, por parte dos marxistas, tendo como base esses trechos e fragmentos. Também a questão do campesinato, nas obras de Marx, suscitou interpretações controversas, alimentando importantes debates e polêmicas ainda hoje existentes.

Os camponeses, sob lentes marxistas, são interpretados por vezes como resquício histórico, desprovido dos traços característicos de uma classe; eventualmente, são entendidos como sujeito potencialmente revolucionário, com especificidades em sua estrutura social e econômica; ou ainda enquanto como produtor subordinado aos mecanismos econômicos mobilizados pelo capital em seu avanço no campo. É sobre este “amalgama teórico” que está assentada a questão central que nos ocuparemos neste artigo: o *campesinato como classe no marxismo*. Nesta proposta, buscaremos empreender uma aproximação com alguns dos pontos de debate relativos ao tema, sem, contudo, pretender abarcar toda a diversidade de posicionamentos teóricos e políticos que estão subjacentes às interpretações sobre a problemática.

Diante da diversidade de posicionamentos e perspectivas teóricas sobre o problema em questão, defenderemos o argumento segundo o qual a relação dialética entre estrutura e superestrutura (objetividade e subjetividade) constitui-se uma chave analítica profícua para a problematização do lugar social<sup>1</sup> dos camponeses sob o capitalismo, considerando as relações econômicas a que estes estão submetidos e, ao mesmo tempo, as especificidades do seu comportamento político.

Iniciaremos com uma breve reflexão sobre a presença do campesinato na obra de Karl Marx, apontando a existência de uma variedade de perspectivas do autor sobre a relação dos camponeses com a sociedade capitalista. Esta breve discussão terá como base algumas referências sobre a questão das classes sociais e o papel político do campesinato em sua abordagem. Em seguida, mobilizando alguns dos autores que, inspirados no pensamento de Marx, debruçaram-se sobre a “questão camponesa”, apresentaremos sinteticamente algumas perspectivas e orientações teóricas e políticas sobre o tema.

### **O problema das classes sociais e a relação objetividade-subjetividade**

Tendo como propósito evidenciar as nuances constitutivas das concepções de classe presentes na obra de Marx, Coggiola (1994, p. 143) considera importante, em primeiro lugar, compreender o problema como um aspecto de uma concepção de conjunto materialista e dialética. Materialista, “pois a base objetiva da existência das diversas classes é a sua relação com os meios de produção numa determinada fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais”; dialética, “pois só é possível considerar objetivamente as classes sociais no seu devir histórico, determinado pelo seu antagonismo irreconciliável com outras classes”. Deste modo, para o autor, “A dialética da objetividade e da subjetividade, sobre a base das suas condições materiais de existência, é o elemento central da história das classes sociais”.

Nas análises *marxistas* (termo aqui referido aos autores inspirados no pensamento e nas teorias de Marx), de diversos modos, a objetividade e a subjetividade – enquanto momentos definidores do lugar social das classes, no capitalismo – tiveram pesos distintos, nem sempre respondendo a uma perspectiva dialética. A negligência em relação à dimensão subjetiva – ao “momento da política” – alimenta, por vezes, compreensões segundo as quais a classe é explicada, basicamente, pela posição ocupada

pelos sujeitos na estrutura das relações sociais de produção. Levada ao limite, esta perspectiva resultou em abordagens estáticas dos processos sociais, encontrando sua forma mais elaborada no estruturalismo e no marxismo de matiz positivista.

Thompson, profundo crítico a essa corrente, ressalta seu caráter determinista e estático. Tal entendimento, afirma o autor, deriva de uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Neste sentido, a classe “é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” (THOMPSON, 2004, p. 10). Desta perspectiva deriva o entendimento de que da classe adviria um comportamento político esperado, uma consciência correspondente à sua posição objetiva, manifestando seus interesses reais – manifestação esta que nem sempre ocorre. Neste caso, a não correspondência entre a posição determinada dos trabalhadores nas relações sociais de produção e sua expressão consciente, no comportamento político dos homens e mulheres reais, é definida como um problema de “falsa-consciência”, equacionando-se, assim, os processos sociais não como eles realmente são, mas como eles deveriam ser (THOMPSON, 2001, 269-285). Analisando o problema da “falsa consciência”, o autor argumenta:

En una de sus formas (generalmente leninista), bastante extendida, esto proporciona una fácil justificación para la política de “sustitución”: es decir, la “vanguardia” que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta. Si ocurriera que “ésta” no tuviera conciencia alguna, sea lo que fuere lo que tenga, es una “falsa conciencia” (THOMPSON, 1984a, p. 35).

Em contraposição a tal entendimento estático dos processos sociais, Thompson propõe um enquadramento *histórico* do problema da classe, enfocando no papel da subjetividade enquanto relevante referência analítica para sua definição e compreensão de suas expressões políticas. Aqui, mais do que um lugar específico nas relações sociais de produção, interessa saber *como* os sujeitos sociais agem diante de sua posição na realidade em que vivem. Em outras palavras, cabe apreender e elucidar os antagonismos, os conflitos, bem como os valores e tradições que definem a consciência de classe, sendo a própria dinâmica da luta de classes a referência para sua definição.

Para o autor, as pessoas se encontram, na realidade, em uma sociedade estruturada de modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração, identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e, no próprio processo de luta, descobrem-se como classe, conhecendo tal descoberta enquanto consciência de classe. Por esta razão, a classe e a consciência de classe são sempre as últimas e não as primeiras fases do processo real histórico (THOMPSON, 1984a, p. 37). Em outra obra, o autor delimita:

As formações de classe [...] surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade: a classe operária “se fez a si mesma tanto quanto foi feita”. Não podemos colocar “classe” aqui e “consciência de classe” ali, como duas entidades separadas uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o “tratamento” desta de maneiras conscientes. Nem podemos deduzir a classe de uma “seção” estática (já que é um *vir-a-ser* no tempo), nem como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo (THOMPSON, 1981, p. 121, grifo do autor).

A crítica thompsoniana à perspectiva estática sobre as classes sociais não resulta, parece-nos claro, em um *subjetivismo* – isto é, uma compreensão que abdica da relevância ontológica do econômico como momento do processo de luta e de formação de classes. O autor, reivindicando a dialética objetividade-subjetividade, em entrevista publicada em sua obra *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, chega a afirmar: “yo no soy de ningún modo un crítico total del marxismo estructural. Ningún marxista puede *no* ser estructuralista, en cierto sentido” (THOMPSON, 1984b, p. 310). Seu posicionamento situa-se numa compreensão segundo a qual a relação entre os momentos estrutural e superestrutural deve ser equacionada dialeticamente, apreendendo-se a luta de classes como referencial analítico fundante de sua própria definição, isto é, como expressão política de uma experiência concreta de exploração (THOMPSON, 2002).

Entretanto, outra fonte teórica de críticas ao estruturalismo – o pós-modernismo – não seguirá o mesmo caminho. A abdicação da dimensão estrutural, objetiva, pode ser encontrada em vertentes pós-modernas que, em nome de uma negação ao estruturalismo-marxista – ao qual, mesmo autores marxistas, como o próprio

Thompson, dedicaram duras e incisivas críticas – rejeitam a estrutura como momento relevante na análise dos processos sociais. Neste caso, não se trata de um esforço analítico por um preciso equacionamento da relação dialética estrutura-superestrutura, como um caminho para elucidar os processos sociais analisados. Trata-se, isto sim, de abdicar dos termos de tal relação, por sua suposta irrelevância na atualidade – tanto no plano ontológico, quanto epistemológico. A obra de Marx e seu método materialista histórico-dialético, neste sentido, são entendidos como obsoletos para a compreensão do mundo “pós-moderno”, na medida em que a solidez e a radicalidade do capitalismo teriam ganhado ímpeto para “desfazer o marxismo no ar” (SANTOS, 1995, p. 29).

Para Santos, um dos autores que evocam tal perspectiva, a década de 1980 inaugura o cenário para a emergência de um pós-marxismo, parte de um movimento teórico anti-reducionista, anti-determinista e processualista. Nas palavras do autor, com efeito, “a atribuição da primazia explicativa dos fatores econômicos (a economia, as classes sociais), o chamado reducionismo economicista, é fortemente criticada”, seja porque se considera o determinismo em geral insustentável, seja porque se considera errada a versão marxista do determinismo (SANTOS, 1995, p. 31).

A associação imediata, estabelecida pelo autor, entre a chamada “primazia econômica” e “determinismo” resulta de uma interpretação segundo a qual a consideração do primado ontológico da estrutura implica, necessariamente, a negação do momento superestrutural. Um anti-determinismo dessa natureza só pode ser levado adiante, neste sentido, através da rejeição completa do papel da estrutura e da redefinição do plano analítico, abdicando-se dos problemas teóricos e do temário nele contidos (classe social, exploração econômica, consciência, ideologia, etc.), substituindo-os por questões situadas mais precisamente no campo da subjetividade (identidade, discurso, imagem, etc.), remetendo, em grande medida, à escala do indivíduo ou, no máximo, a identidades grupais motivadas por vinculações de ordem cultural, incluindo-se, aqui, as estéticas<sup>2</sup>.

Cabe identificar um aspecto, a nosso ver, questionável da abordagem de Sousa Santos sobre o problema em foco. Trata-se da opção assumida pelo autor de enquadrar como estruturalista, reducionista, etc. toda uma tradição de pensamento que tem, no seu interior, pensadores dedicados à formulação de uma crítica teórica consistente a tais orientações, a exemplo de E. P. Thompson (já citado), Antonio Gramsci e György

Lukács. A razão disto, como vimos, deriva da interpretação do materialismo histórico-dialético, *in totum*, como uma teoria determinista da história. Citando este aspecto, em crítica ao autor português, José Paulo Netto afirma:

[...] o que Sousa Santos não assinala concretamente é o conteúdo antipositivista e anti-reducionista que especialmente Lukács, batendo forte contra o *marxismo vulgar* da Segunda Internacional, introduz no debate; a ausência dessa sinalização contribui para explicar por que Sousa Santos parece ignorar que o combate aos vários reducionismos (de natureza econômica, notadamente) surge precisamente nos anos 20, bem antes de qualquer “pós-marxismo”; sua chave formulou-a Lukács na frase de abertura do ensaio sobre Rosa Luxemburgo: “*É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história o que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa*” (NETTO, 2004, p. 229, grifo do autor).

Se, como vimos, Thompson e Lukács seguem esse percurso, cabe mencionar que eles não são os únicos. Antonio Gramsci se destaca como um profundo crítico antieconomicista, voltando-se precisamente contra as concepções teóricas reducionistas que tratavam os homens e mulheres reais como meros vetores da estrutura e a política como simples epifenômeno do econômico. As críticas dedicadas nos *Cadernos do Cárcere* ao mecanicismo de Nicolai Bukharin, no que se refere à questão da ideologia, demonstram, claramente, tal posição gramsciana. O marxista sardo contrapõe-se, neste caso, à perspectiva do intelectual bolchevique, que, em sua abordagem, estabelece uma relação mecânica entre a dimensão propriamente técnica das forças produtivas e o desenvolvimento social. Sinteticamente, o entendimento do autor russo é o de que a estrutura econômica determina diretamente a estrutura político-social. Em oposição a tal perspectiva, Gramsci rejeita qualquer concepção fenomenologista da ideologia, que a enquadraria como mero “aparecer” da estrutura, a entendendo em sua realidade, concebida de modo não-mecânico em relação à esfera econômica<sup>3</sup>.

Lowy (1999), ainda sobre Gramsci, argumenta que, na sua tentativa de reconstrução do marxismo e do comunismo, o autor dos *Cadernos* submete a uma crítica radical a doutrina predominante na Terceira internacional, que tem como uma das manifestações justamente o livro de Bukharin (1933) dedicado ao materialismo histórico. Löwy observa que a crítica de Gramsci incide sobre o caráter positivista da obra, inspirado num conceito de ciência advindo das ciências naturais<sup>4</sup>. Como resultado,

a compreensão de Bukharin da história não é dialética, estando aprisionada a uma visão meramente evolucionista e, portanto, reducionista<sup>5</sup>.

A *filosofia da práxis* gramsciana não admite qualquer possibilidade de leitura mecanicista da relação entre estrutura e superestrutura, enfatizando, isto sim, a passagem das determinações objetivas à subjetividade criadora, ao momento originário de “novas iniciativas”. Articulando necessidade e liberdade, causalidade e teleologia – portanto, sem negar a importância ontológica do momento da objetividade – Gramsci “indica seu ineliminável vínculo com a iniciativa do(s) sujeito(s) e, portanto, com a liberdade” (COUTINHO, 2011, p. 122), escapando, pois, de tentações deterministas e reducionistas que alcançou *parte* das fileiras marxistas.

É, por um lado, sobre este solo crítico ao estruturalismo (segundo o qual as classes são equacionadas enquanto meras determinações mecânicas e estáticas das estruturas) e, por outro, ao pós-modernismo (para quem a análise das identidades políticas fundadas na experiência comum de exploração, subordinação econômica, etc. se constitui um esforço teórico anacrônico, em tempos de sujeito “descentrado”) que discutiremos, de agora em diante, a questão do campesinato como classe, numa perspectiva marxista.

### **O campesinato e o marxismo**

Tendo em vista o horizonte vislumbrado neste artigo, cabe, em princípio, mencionar o capítulo incompleto de *O Capital*, na seção sétima do Livro III, intitulado “classes sociais”. Neste pequeno e incompleto esboço, de pouco mais de uma página, sobre o problema das classes sociais, Marx elabora uma classificação que, a nosso ver, pode ser o ponto de partida para problematizar sinteticamente o lugar social do campesinato enquanto classe em sua obra. No fragmento em questão, enfocando a *classe em si*, seu caráter fundamentalmente objetivo, Marx delimita as “três grandes classes” do capitalismo:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX, 1986, p. 317).

Se situássemos o campesinato em tal classificação, não teríamos uma conformidade *precisa* em quaisquer das três “grandes classes”. Apesar de trabalhadores, os camponeses não recebem salário e não são desprovidos dos meios de produção, na medida em que detêm a posse/propriedade da terra. Ainda que detenham seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, etc.) – o que lhes confere uma autonomia relativa frente às classes com as quais se relacionam na esfera econômica –, os camponeses não se constituem parte da burguesia, na medida em que não exploram o trabalho alheio, não extraem mais-valia. Restaria, neste caso, posicionar os camponeses enquanto integrantes da classe dos proprietários de terras – opção que, a nosso ver, também é carregada de problemas.

Parece-nos pertinente considerar que o enquadramento analítico das “três grandes classes” define-se, nesta obra, como um momento da análise do processo global da produção capitalista, respondendo, pois, ao específico *nível de análise* que confere inteligibilidade aos problemas nele contidos. Sendo, por outro lado, o nosso enfoque analítico a relação entre o campesinato e a política, numa perspectiva materialista-dialética, trata-se, esta, de uma classificação pouco elucidativa. Isto porque a classe dos proprietários de terra incluiria, necessariamente, grandes latifundiários com os quais, historicamente, os camponeses estabelecem uma relação de subordinação econômica e de antagonismo no campo político, obscurecendo-se, assim, em nome de critérios classificatórios “objetivos”, os limites que definem os conflitos expressos no campo da superestrutura. Por esta razão, uma operação analítica de classificação baseada, unicamente, “no rendimento e suas fontes” posicionaria o campesinato como uma categoria social necessariamente *deslocada* ou, na melhor das hipóteses, de identificação *imprecisa*.

Com efeito, para uma análise do “problema camponês”, numa orientação materialista-dialética, consideramos que o campesinato se apresenta como classe, precisamente, no cruzamento entre a determinação (objetiva) e a auto-atividade (subjetiva), isto é, na passagem da necessidade para a liberdade, do econômico para o “momento ético-político”.

Reconhecendo a relação objetividade-subjetividade, como fundamento do materialismo histórico-dialético, é possível encontrar, na obra do filósofo alemão, uma ênfase variável entre ambos os pares, em distintas obras. Esta é a base, a nosso ver, para

a existência de sensíveis diferenças, em diferentes obras, na interpretação de Marx sobre os camponeses e sua relação com a política.

No *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, por exemplo, Marx e Engels mencionam o campesinato, qualificando-o como parte integrante potencial do proletariado<sup>6</sup>, assumindo a posição segundo a qual a sociedade capitalista “divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41)<sup>7</sup>.

Mitrany (1957, p. 22-23) observa que, no texto de 1848, “o camponês estava desgraçado e ele estava desgraçado pelo fato de ser um camponês”. Este autor ressalta que Marx e Engels conclamavam a expropriação da terra utilizando a renda para necessidades do Estado, submetendo-a a um plano em comum, operado por um “exército de trabalhadores”. Este seria o caminho inevitável para a superação da “forma mais primitiva e mais irracional de exploração”. Nota-se, como fundamento teórico, que a relação com os meios de produção (sua posse ou não) demarca, aqui, o sentido predominante de classe empregado, isto é, serve de referente fundamental para qualificar os sujeitos sociais, seu papel na sociedade e seu lugar na história.

É, contudo, no *18 brumário*, de 1852, que encontraremos, talvez, a referência mais pertinente para uma reflexão materialista-dialética sobre o campesinato enquanto classe e sua relação com a política. Neste trabalho, observa-se uma concepção mais enfocada no “momento político”, isto é, no conflito enquanto referente definidor de classe – enquanto movimento que ressalta seus traços constitutivos. Definindo-se como um dos principais trabalhos históricos do filósofo alemão, o *18 brumário* expressa o esforço analítico de Marx pela compreensão da luta de classes em seu movimento e sua dinâmica. Mais precisamente, trata-se de uma análise do modo pelo qual a luta de classes na França criou circunstâncias e condições para que Luís Bonaparte assumisse o poder em dezembro de 1851.

Secco (2013, p. 12-27) observa que, nesta obra, Marx pretende fazer uma história das lutas de classes e suas representações, enfocando um evento histórico específico, dedicando-se, por isto, à definição das classes que compõem o jogo da política: burguesia financeira, burguesia industrial, campesinato, pequena burguesia, proletariado e lumpemproletariado. O filósofo alemão enfatiza que Bonaparte encontrou o apoio inesperado da “massa da nação: os camponeses e a pequena

burguesia que se precipitaram de golpe sobre a cena política” (MARX, 1997, p. 29). Bonaparte representou, pois, uma classe: “e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses” (MARX, 1997, p. 126).

As incisivas e duras críticas, feitas por Marx, ao campesinato francês da segunda metade do século XIX, são conhecidas. Para o autor, os camponeses eram, na realidade, “incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados” (MARX, 1997, p. 128). O autor destaca que cada família camponesa é “quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 1997, p. 128). Encontram-se, pois, sob forte condição de isolamento: “Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família” (MARX, 1997, p. 128). Em outras palavras, “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 1997, p. 128).

Ao mesmo tempo, de maneira distinta ao *Manifesto* – no qual não há menção à possibilidade de atuação política do campesinato e, ademais, não se encontra qualquer referência aos camponeses como classe social –, no *18 brumário* Marx considera a possibilidade de atuação política dos camponeses. Nesta famosa passagem, o autor afirma:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1997, p. 128).

Ao eleger, aqui, como critério definidor de classe social a ação política fundamentada na oposição ancorada no modo de vida, interesse e cultura, Marx reconhece a relevância da subjetividade como referência para a definição da classe, atribuindo-lhe, em certo sentido, um caráter histórico-político. Contudo, disto não resulta um entendimento subjetivista do processo social investigado – uma rejeição da

estrutura<sup>8</sup>. As “condições econômicas” e o “modo de vida”<sup>9</sup>, citados por Marx, remetem, claramente, ao momento estrutural – sendo este, contudo, colocado em movimento na consciência dos homens e mulheres reais, mediante suas próprias ações, configurando uma “comunidade”, estabelecendo uma “ligação nacional” que os opõem a outras classes.

As breves referências que fizemos, até aqui, a algumas das obras de Marx – onde consta a questão das classes e/ou o “problema camponês” – são suficientes para sustentar nosso argumento segundo o qual não há na teoria marxiana um lugar rígido e definitivo para os camponeses. Somando-se a isso, podemos considerar ainda outro elemento de ordem histórica. Trata-se do intrigante contato tardio do filósofo alemão com a realidade agrária russa pré-revolucionária, contato este que, sem dúvida, o levou a uma profunda reflexão sobre as bases ocidentais de suas teorias e sobre o papel político do campesinato no processo de construção do socialismo.

As correspondências trocadas com uma militante russa, em 1881, expuseram questões relevantes para a reflexão deste autor sobre o destino do campesinato no processo revolucionário. Tendo como referência analítica fundamental os países centrais – particularmente a Inglaterra –, fortemente industrializados e com um alto contingente de proletários urbanos, Marx identificava nas cidades o *locus* revolucionário por excelência. A liberação dos camponeses da propriedade fundiária e sua consequente proletarização (a “queda” nas fileiras do proletariado) definiam-se, para o autor, como momentos necessários para processos de organização política e atuação coletiva dos trabalhadores frente à burguesia industrial (MARX, 2007, p. 47). A luta de classes, assim entendida, expressava a “missão histórica” do proletariado no movimento de emancipação de toda a sociedade.

A Rússia, contudo, apresentava um cenário bastante distinto da realidade inglesa, tendo uma população agrária bastante significativa e alocada em comunas rurais, os *Mir*, com processos organizativos descentralizados, o que levou militantes socialistas a depositarem em tais comunas a crença na possibilidade de uma transição direta para o socialismo – isto é, sem a passagem pelo processo de industrialização que caracterizou os países centrais estudados por Marx<sup>10</sup>. Esta foi a questão central que motivou a carta escrita por Vera Sassoulitch, dirigida ao filósofo alemão, em fevereiro de 1881: se, em *O capital*, Marx “dera a entender que a Rússia agrária teria que

atravessar todas as etapas da exploração industrial capitalista para que pudesse vir a ter esperanças de uma revolução” (WILSON, 1986, p. 328). Na prática, tratava-se, por parte de Vera Sassoulitch, de descobrir se na concepção de Marx a desintegração da comuna russa era ou não um requisito para o avanço do processo revolucionário naquele país, isto é, se o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente desestruturação do *Mir* era uma etapa necessária sob o ponto de vista revolucionário na Rússia<sup>11</sup>. Os diversos rascunhos que restaram indicam a dificuldade que Marx teve para responder essa questão: “o próprio Marx não tinha muita certeza a respeito dos rumos históricos de sociedades em que prevaleciam ainda populações camponesas, como era o caso da Rússia de seu tempo” (MARTINS, 2008, p. 152).

Malagodi (2003, p. 11) argumenta sobre essa questão que, em termos econômicos, o campesinato russo encontrava-se ameaçado pelo avanço do capitalismo. Diante disso, destacavam-se dois aspectos na preocupação de Sassoulitch, com conteúdos teóricos diferentes: (1) de um lado, o desenvolvimento econômico da própria comuna camponesa russa e sua resistência à desagregação em função dos efeitos do desenvolvimento capitalista; (2) de outro lado, a perspectiva socialista, o desenvolvimento para o socialismo, através da superação social e política da dominação capitalista. O autor afirma que estas duas questões estão coladas, pelo próprio ponto de partida da autora, que sofrera já a influência do pensamento de Marx, que naquela época influenciava todo o movimento de oposição na Rússia. Duas marcas já haviam sido assentadas: o processo econômico em curso, tendente ao capitalismo, e o futuro da sociedade, que deveria marchar inexoravelmente para o socialismo. Deste modo,

Parecia, portanto, que a própria influência da leitura de Marx, e neste momento é particularmente a obra maior de Marx, *O Capital*, cujo primeiro tomo havia aparecido no início da década de 1870, na Rússia, estava condicionando um tipo de resposta. Assim, a tendência do movimento socialista russo seria aceitar a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista no campo, no estilo da Europa ocidental, e assumir as conseqüências deste fato (MALAGODI, 2003, p. 11).

Assim, remetendo-se a duas citações d’*O Capital*, Marx reafirma, respondendo Vera Sassoulitch, que, em sua análise sobre a gênese da produção capitalista, ele aponta para a separação radical do produtor de seus meios de produção, assumindo que a base de toda essa evolução é a expropriação do campesinato. Por este caminho, o autor

ratifica a tendencial transformação da propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal, em propriedade capitalista, assentada na exploração do trabalho de outro, pela via do assalariamento<sup>12</sup>. Entretanto, ajustando sua teoria à realidade russa, Marx argumenta: “Neste movimento ocidental trata-se da transformação de uma forma de propriedade privada em uma outra forma de propriedade privada. Entre os camponeses russos teríamos, ao contrário, que transformar sua propriedade comum em propriedade privada” (MALAGODI, 2003, p. 14). Deste modo, nas palavras de Marx:

A análise exposta no “Capital” não oferece, portanto, razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que dela realizei, e cujos materiais busquei nas fontes originais, me convenceram que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas que, para que possa funcionar como tal, seria preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MALAGODI, 2003, p. 14).

Um ano mais tarde, em 1882, no prefácio da segunda edição russa do *Manifesto Comunista*, traduzido pela própria Vera Sassoulitch, Marx expõe, para os leitores daquele país, a pergunta para ele feita por Vera: poderá a comuna russa “transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). Assim, frente à pergunta exposta, conclui afirmando que a única resposta a isto que é possível é esta: “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73).

A digressão, aqui realizada, sobre o contato de Marx com a realidade agrária russa, serve-nos como evidência de que, de fato, o campesinato, na teoria marxiana, não pode ser entendido como um problema simples. Na mesma perspectiva, a referência aos distintos modos de situar os camponeses na sociedade capitalista, em diferentes obras, demonstra que a possibilidade de sua atuação política, sob o capitalismo, é igualmente controversa nos escritos do autor.

É, com efeito, sobre este “solo movediço” que se desenvolverão importantes polêmicas, nas fileiras marxistas, ao longo do final do século XIX e primeira metade do século XX, destacando-se, entre elas, o embate entre os chamados “populistas russos”, liderados por Alexander Chayanov e os marxistas, tendo Vladimir Ilitch Lênin (1982) e Karl Kautsky (1980) como principais representantes. No centro das divergências entre as correntes estava o papel do campesinato na política, em particular na Rússia – país que, como vimos, carregava fortes especificidades frente aos países ocidentais.

Lênin e Kautsky previam, como resultado do desenvolvimento capitalista na agricultura, a natural desintegração social do campesinato sob o capitalismo. Lênin, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; e Kautsky, através de seu livro *A questão agrária*, ambos publicados em 1889, compartilhavam o pressuposto segundo o qual o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações *especificamente capitalistas* de produção, o que geraria um processo de *diferenciação interna* no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses abastados), e os camponeses pobres, proletarizados. Esse processo teria, portanto, como ponto de chegada a desintegração do campesinato através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado.

Uma forte oposição às teses formuladas e defendidas por Lênin e Kautsky foi desenvolvida por Chayanov. Este autor, membro da *Escola de Organização da Produção*, trouxe uma importante contribuição ao debate teórico e político sobre o campesinato, desvendando as especificidades de seu comportamento econômico e revelando os processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura<sup>13</sup>. Os seus estudos sobre o campesinato acabaram por transcender, contudo, a dimensão puramente técnico-agronômica, alcançando, por suas implicações, a esfera política. A partir de 1927, Chayanov foi acusado pelos bolcheviques de defender a propriedade individual, sendo preso em 1930 e, após um período de exílio na Ásia Central, voltou à prisão e foi condenado ao fuzilamento em 1937 (CARVALHO, 2014, p. 37).

Em seus estudos, dedicados à elucidação do funcionamento interno da unidade de produção familiar camponesa, o autor chegou a uma importante formulação. Trata-se da identificação de um balanço entre *trabalho* e *consumo* na unidade produtiva

camponesa, isto é, uma relação entre o esforço exigido para a realização de um trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Segundo Chayanov, à família camponesa interessa, fundamentalmente, a busca pelo equilíbrio entre os dois elementos e, enquanto este não é alcançado, prossegue-se a atividade econômica. Quando, por outro lado, a família “atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos” (CHAYANOV, 1981, p. 193). Deste modo, este ponto de equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a *penosidade do trabalho* familiar camponês é alcançado, de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados; e de outro, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades que determinam a avaliação do consumo. Deste modo, todo acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Sinteticamente, o ponto central de divergência entre as teorias de Alexander Chayanov e aquelas de Lênin e Kautsky é o fato de que o primeiro desenvolveu, como vimos, uma análise voltada ao comportamento econômico da família camponesa, considerada, neste sentido, como uma unidade de produção detentora de uma lógica própria, distinta daquela capitalista. Por sua vez, os teóricos marxistas da Segunda Internacional, inspirados pelas conclusões e pelos referenciais ocidentais d’*O Capital*, não reconheciam uma “especificidade camponesa” e tampouco consideravam sua potencialidade política, precisamente por seu vínculo à propriedade e seu inevitável afastamento às relações de produção fabris.

Um importante avanço nos estudos sobre o campesinato ocorre, no século XX, a partir dos trabalhos do sociólogo russo Theodor Shanin. Influenciado pela teoria chayanoviana e, ao mesmo tempo, pelos escritos históricos de Marx, este autor contribuiu significativamente na elucidação das especificidades e complexidades inerentes às “sociedades camponesas”, sem perder de vista a consideração do seu comportamento político, que se mostrou bastante ativo ao longo do século XX<sup>14</sup>. Shanin destaca quatro características fundamentais do campesinato que podem ser encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais<sup>15</sup>: o cultivo da terra; a unidade

de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade (SHANIN, 1979, p. 11-12). Se a definição de elementos específicos da estrutura social camponesa constituiu-se uma importante contribuição teórica de Shanin, acreditamos que o seu esforço em prol do entendimento dos traços políticos do campesinato revela-se ainda mais profícuo. Neste esforço, o autor associa a participação ativa do campesinato na política às discussões marxistas sobre classe, problematizando a validade das tendências teóricas que restringem suas análises à dimensão estrutural dos processos sociais. Neste sentido, para o autor,

Si adoptamos el criterio de definir la clase en base a las relaciones con los medios de producción, o a las situaciones de poder, o la capacidad de organizar la producción, el campesinado caería, en una sociedad en proceso de industrialización, o bien en un grupo enorme y amorfo de “los gobernados”, o en un grupo de “clases medias” más amorfo aún. El campesinado desaparece como entidad cualitativamente diferenciada. Esto llevó a la mayoría de los científicos sociales marxistas a atacar el problema del campesinado considerándolo como un residuo de la sociedad precapitalista en proceso de desaparición – “no existente, históricamente hablando”. Sin embargo, cuando una parte sustancial de la población se mantiene al margen del concepto de sociedad como un todo, la definición en uso parece ser tristemente inadecuada, aun ofreciendo a cambio el consuelo de un vistazo al futuro. Las discrepancias entre predicciones y realizaciones parecen ser el resultado inevitable de trabajar con un modelo así (SHANIN, 1979, p. 288-289).

Assim, Shanin evoca a dimensão superestrutural como elemento relevante na definição de classe e na apreensão analítica do campesinato. Esta posição, já presente em seus escritos mais antigos (SHANIN, 1979; 1983), encontra-se fortalecida em exposições recentes do autor, como na conferência proferida no *Simpósio Internacional de Geografia Agrária* (SINGA), realizado no Brasil, em 2007. Neste evento, o autor apresenta uma definição de classe fortemente inspirada no *18 Brumário*: “as classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal” (SHANIN, 2008, p. 36), reconhecendo, então, que “a questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem” (SHANIN, 2008, p. 36). Sua resposta sobre se os camponeses constituem-se ou não como uma classe depende, segundo afirma, de outra pergunta: “o que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. *Porque é no*

*fazer que as classes são definidas*” (SHANIN, 2008, p. 36). Sendo este o sentido definidor das classes, evidencia-se, com efeito, a posição segundo a qual:

A lo largo de la historia, el campesinado ha actuado políticamente muchas veces como una entidad social de clase. Además, dentro de las sociedades industriales, ha demostrado poseer cohesión en su acción política, y no sólo en su enfrentamiento con los terratenientes tradicionales en combates trasnochados de tipo precapitalista; los intereses comunes compartidos por los campesinos los han impulsado también a sostener conflictos políticos con los grandes terratenientes capitalistas, con varios de los diferentes grupos urbanos y con el Estado moderno (SHANIN, 1983, p. 289).

Parece-nos evidente, aqui, a aproximação de Shanin das formulações sobre classe de Thompson, já mencionado neste artigo. Este autor, também compartilhando com Shanin a influência do *18 Brumário*, assume que a classe não se define como uma “‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 2004, p. 9). A classe constitui-se, nesta perspectiva, uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, de forma independente das relações com outras classes. Seu enfoque recai, com efeito, sobre a dinâmica do conflito. Sinteticamente,

Quando falamos de uma classe estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 2001, p. 169).

A dialética objetividade-subjetividade é posta, pois, em movimento, numa compreensão da ação política como uma expressão consciente, ativa, informada por uma experiência objetiva, o que permite a delimitação dos antagonismos, demarcando-se os interesses e os posicionamentos no campo social. Esta se constitui, a nosso ver, uma chave analítica profícua na problematização do campesinato como classe sob o capitalismo. Com efeito, o reconhecimento do necessário vínculo entre uma perspectiva estrutural – atenta ao deslindamento do caráter “*em si*” do campesinato, isto é, das particularidades ontológicas de seu *modo de vida*; sua atividade produtiva, material – e

uma perspectiva superestrutural, dedicada à compreensão dos traços explicativos de sua atuação política na história (os momentos de sua *formação* como classe *para si*), parece-nos ser um caminho pertinente para a construção de uma justa análise marxista dos camponeses.

### **Considerações Finais**

Através da referência a alguns posicionamentos de autores marxistas que se debruçaram sobre a questão do campesinato, esboçamos traços de um importante debate teórico e político que atravessa, pelo menos, mais de um século. Neste trabalho, problematizamos e discutimos brevemente o lugar do campesinato na sociedade, a relevância de sua ação política, bem como algumas de suas especificidades sociais. Observamos diferentes modos pelos quais os camponeses foram enquadrados analiticamente. Em algumas interpretações, como vimos, esses sujeitos sociais são considerados alheios à política e desprovidos de elementos definidores de uma lógica de reprodução econômica específica. Em outras visões, observamos o esforço de abrir a possibilidade de considerá-los como classe social no capitalismo – seja por sua posição nas relações sociais de produção, seja pela sua eventual capacidade de agir politicamente.

As controvérsias sobre o lugar social do campesinato no capitalismo encontram na obra de Marx uma importante inspiração. A ausência de uma acabada e definitiva teoria das classes sociais, no amplo cabedal de reflexões elaboradas pelo filósofo alemão, abre espaço para divergências quanto a sua própria leitura sobre o tema. Com obras que ressaltam um papel político marginal aos camponeses (como o *Manifesto Comunista*) e, ao mesmo tempo, com trabalhos que evidenciam a possibilidade de constituição do campesinato enquanto *classe-para-si*, isto é, enquanto sujeito de agência política (*18 Brumário*), as análises de Marx apresentam enfoques variados no que se refere à problemática. Ao mesmo tempo, a existência de rascunhos de correspondências de Marx, com anotações relativas à realidade empírica da Rússia, reconhecendo o “problema camponês” como ponto importante de reflexão, demonstra o esforço tardio de ajustar os pressupostos ocidentais de sua teoria com as particularidades empíricas de uma realidade predominantemente agrária. Por tudo isso, como consequência, evidencia-se, entre os autores inspirados pelo filósofo alemão, a dificuldade de

consorciar o reconhecimento do lugar social do campesinato com o aporte teórico-metodológico marxiano.

Diante dos variáveis posicionamentos do próprio Marx sobre o tema e, conseqüentemente, da existência de múltiplas e divergentes abordagens de autores inspirados pelo seu pensamento, destacamos, neste artigo, a consideração da relação objetividade-subjetividade como esforço analítico profícuo à análise do campesinato sob o capitalismo. O problema teórico das classes sociais constitui-se, neste sentido, um campo de reflexão fundamental para o equacionamento do lugar social e do papel político do campesinato, permitindo a compreensão das particularidades econômicas e as expressões de resistência política deste sujeito que, como afirmou Shanin (1983), pode ser reconhecido como a “classe incômoda” da sociedade capitalista.

## Notas

<sup>1</sup> Com base em Martins (1981), mobilizaremos, no presente artigo, *lugar social* como uma noção que permite qualificar os sujeitos sociais numa determinada posição na estrutura da sociedade, nas relações de classe e como portadores de um dado projeto político. Este entendimento aparece no referido autor quando, abordando o caso brasileiro, o mesmo afirma que a gradativa substituição de designações como “caipira”, “tabaréu”, entre outras, por *camponês* indica não apenas, em relação a esses sujeitos, “um novo nome, *mas também o seu lugar social*, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, [camponês] não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a *designação de um destino histórico*” (MARTINS, 1981, 22-23, grifo nosso).

<sup>2</sup> Nas palavras de Mafessoli (2002, p. I), por exemplo, “[...] o que melhor poderia caracterizar a pós-modernidade era o vínculo que estava sendo estabelecido entre a ética e a estética. O que pretendia dizer com isso é que eu via o novo vínculo social (*ethos*) surgindo a partir da emoção compartilhada ou do sentimento coletivo. Portanto, em vez de ver aí uma frivolidade qualquer à disposição de alguns, vanguarda, boêmia artística, talvez estivéssemos mais inspirados se descobrissemos nessa coletivização dos sentimentos um dos fatores essenciais da vida social que está em vias de (re)nascido nas sociedades contemporâneas”. Cabe mencionar que, para perspectiva qualificada por Sousa Santos como “pós-marxista”, estaríamos, na realidade, diante de um novo sujeito – distinto daquele moderno, contemplado nas teorias inspiradas em Marx. O fim do século XX nos apresenta um sujeito “descentrado”, “multifacetado”, “fragmentado”, “plural”. Para Hall (2006, p. 12), isto se deve às próprias transformações externas ao sujeito: “[...] as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais”. Na pós-modernidade, portanto, as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe: “a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas” (HALL, p. 20-21).

<sup>3</sup> Para uma análise sobre o conceito de ideologia, em Gramsci, frente aos embates teóricos, assumidos pelo autor, ao idealismo e economicismo, cf. Roberta (2009, p. 77-96).

<sup>4</sup> Uma discussão específica das críticas de Gramsci e Lukács dirigidas à Bukharin pode ser encontrada em Bianchi (2005).

<sup>5</sup> Löwy lembra ainda do fato de que a crítica empreendida por Gramsci era compartilhada por Lukács e Karl Korsch. Segundo o autor, “Gramsci praticamente não conhecia os trabalhos de Lukács; e este último só descobriu o marxista italiano a partir dos anos 60. Mas, numa entrevista de julho de 1971 – pouco antes de sua morte – para a revista inglesa ‘New Left Review’, o filósofo húngaro reconhece que ele, Karl Korsch e Antonio Gramsci haviam tentado lutar, cada um à sua maneira, contra o positivismo e o

mecanicismo que o movimento comunista havia herdado da Segunda Internacional. Lukács acrescenta o seguinte comentário retrospectivo: ‘Gramsci era o melhor entre nós’.

<sup>6</sup> “As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes os que vivem de rendas [*rentiers*], artesãos e camponeses, *caem nas fileiras do proletariado (...)*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifo nosso).

<sup>7</sup> Em nota para a edição inglesa do *Manifesto*, de 1888, afirma: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40, nota 1).

<sup>8</sup> Evocando uma leitura dialético-materialista do *18 brumário*, Codato (2004) chama a atenção para a emergência de interpretações subjetivistas – e, inclusive, pós-modernas – desta obra, tendo como pressuposta a ideia de que o filósofo alemão teria suprimido qualquer menção à “economia”, dotando a dimensão política de total autonomia diante da estrutura. Este é o caso, citado pelo autor, de teóricos como Terrel Carver, que estabeleceu uma análise da obra partindo da relação entre o *estilo do texto* e a *visão política* de Marx, e James Martin, que enfocou na defesa de que Marx, no *18 brumário*, trata a política como ação performativa, como uma disputa sobre significados, e não apenas um duelo em torno de interesses materiais. Para uma leitura dos argumentos de tais autores, citados por Codato, cf. Carver (2002) e Martin (2002).

<sup>9</sup> Cabe, aqui, ressaltar que o conceito de “modo de vida”, em Marx, está fortemente associado à atividade produtiva, material. Na Ideologia Alemã, os autores afirmam: “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. Cf. Marx e Engels (2007, p. 87, grifo dos autores).

<sup>10</sup> O Dicionário do Pensamento Marxista apresenta a comuna russa ou *Mir* como “uma antiga comunidade de camponeses russos na qual a terra era de propriedade inalienável da *obshchina*, ou comuna, e periodicamente redistribuída em lotes às famílias pertencentes à comuna, em geral de acordo com o número de adultos do sexo masculino existente em cada família”. Havia, naquele contexto, uma importante concepção segundo a qual a comuna poderia ser a instituição embrionária de uma sociedade igualitária descentralizada, defendida inicialmente por Alexander Herzen e, posteriormente, por teóricos articulados na famosa corrente de pensamento que ficou conhecida como *Populismo Revolucionário*. Cf. Dicionário do Pensamento Marxista, p. 71.

<sup>11</sup> Nas palavras de Malagodi (2005, p. 108), “A resposta a esta questão implicava uma decisão prática imediata, e esta era uma questão crucial para aquele momento: saber se havia uma estratégia de transformação social a partir do próprio campesinato, ou se a aposta de transformação social deveria toda ela estar concentrada a perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, seguida pela futura mobilização do proletariado”.

<sup>12</sup> Cf. *Carta de Marx à Vera Sassoulitch* citada na íntegra em Malagodi (2003, p. 14).

<sup>13</sup> Explicitando seus propósitos, Chayanov (1974, p. 36) afirmou: “Simplemente aspiramos a compreender que es la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo. ¿Cuál es la morfología de este aparato productivo? Nos interesa saber cómo se logra aquí la naturaleza proporcional de las partes, cómo se logra aquí el equilibrio orgánico, cuáles son los mecanismos de la circulación y la recuperación del capital en el sentido de la economía privada, cuáles son los métodos para determinar el grado de satisfacción y de provecho, y cómo reacciona frente a las influencias de los factores externos, naturales y económicos que aceptamos como dados”.

<sup>14</sup> Basta mencionar a incontestável participação camponesa nas Revoluções Cubana (1959), Mexicana (1910), Russa (1917), Chinesa (1945), Argelina (1962) e na própria Guerra do Vietnã (1955-1975). Para uma análise específica sobre a atuação militar-camponesa em eventos insurrecionais e revolucionários, cf. Wolf (1984).

<sup>15</sup> Marques (2008, p. 51) evidencia que, em trabalho posterior, “Campeiros y sociedades campesinas”, publicado em 1983, ao invés de quatro, Shanin menciona seis características fundamentais, desdobrando algumas delas de modo a enfatizar seus vínculos e sua relação com a dinâmica e reprodução social camponesas, bem como com a forma específica como o campesinato reage a mudanças estruturais.

**Referências Bibliográficas**

- BIANCHI, Alvaro. Lukács. Gramsci e a crítica ao “Ensaio Popular” de Bukharin. **Debates Contemporâneos**, a. 8, n. 30, p. 182-186. Jul 2005.
- BUKHARIN, Nicolai Ivanovich. **Teoria do materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista**. São Paulo: Caramuru, 1933.
- CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Biografia sumária de Chayanov. In: Horacio Martins de Carvalho, organizador. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular; 2014, p. 33-38.
- CARVER, Terrell. Imagery/Writing, imagination/politics: reading Marx through the eighteenth brumaire. In: James Martin & Mark Cowling, editors. **Marx’s Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation**. London: Pluto Press, 2002. Inglês.
- CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- \_\_\_\_\_. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. in Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena, organizadores. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-164.
- CODATO, Adriano Nervo. O 18 brumário, política e pós-modernismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 63, p. 85-116, 2004.
- COGGIOLA, Osvaldo. Marxismo e classe operária na atualidade. **Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo**, São Paulo, n. 41, p. 31-43, Set 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 1988. **Comuna Russa**; p. 71.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. C. Iperoig, tradutor. 3a. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÖWY, Michael. **O pensamento heterodoxo**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, 21 de Nov. 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MALAGODI, Edgard. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. **Raízes**, Campina Grande, n. 22, v. 1 e 2, p. 104-109. Jul/Dez 2003.

\_\_\_\_\_. Marx e os camponeses russos. **Raízes**, Campina Grande, n. 24, v. 1 e 2, p. 104-109. Jul/Dez 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 49-78.

MARTIN, James. Performing politics: class, ideology and discourse in Marx's Eighteenth Brumaire. In: James Martin & Mark Cowling, editors. **Marx's Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation**. London: Pluto Press, 2002. Inglês.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis Editora Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (livro III, v. 3, t.2). São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 317-318.

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Alvaro Pina, tradutor. São Paulo: Boitempo, 2007.

MITRANY, David. **Marx contra o camponês**. Rio de Janeiro: Editora Ipanema, 1957.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. in José Paulo Netto. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 223-241.

ROBERTA, Nara. A ideologia na visão gramsciana em meio a dois combates. **Cadernos cemarx**, Campinas, n. 6, p. 77-96. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SECCO, Lincoln. O teatro da política (O 18 brumário de Luis Bonaparte). **Revista Marxista – núcleo de estudos d’O Capital**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 12-27. Set 2013.

SHANIN, Theodor. El campesinado como factor político. in Shanin, Theodor, organizador. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1990-1923)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

\_\_\_\_\_. Lições camponesas. in Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 23-47.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

\_\_\_\_\_. La sociedad inglesa Del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: Edward Palmer Thompson. **Tradicción, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial**. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984a, p. 13-61.

\_\_\_\_\_. Una entrevista con E. P. Thompson. In: Edward Palmer Thompson. **Tradicción, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial**. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984b, p. 294-318.

\_\_\_\_\_. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: Thompson, Edward Palmer. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-285.

\_\_\_\_\_. Exploração. In: Thompson, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002, p. 11-38.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.

Recebido em 22/01/2016. Aceito para publicação em 07/01/2017.
--